

# Vem aí a independência energética

O primeiro dos pronunciamentos do presidente Figueiredo, em dezembro do ano passado, informando sobre as realizações de seu governo, tratou sobre a questão energética, setor que, apesar da crise que obrigou a redução de muitos orçamentos, mereceu atenção especial do atual Governo.

De 1979, quando tomou posse, até 1985 — 15 de março — data em que entregou o cargo ao presidente eleito Tancredo Neves, Figueiredo teve que vencer sérios problemas nessa área. Se no dia em que assumiu o poder o barril de petróleo custava 12 dólares, logo nos meses seguintes passou a 30.

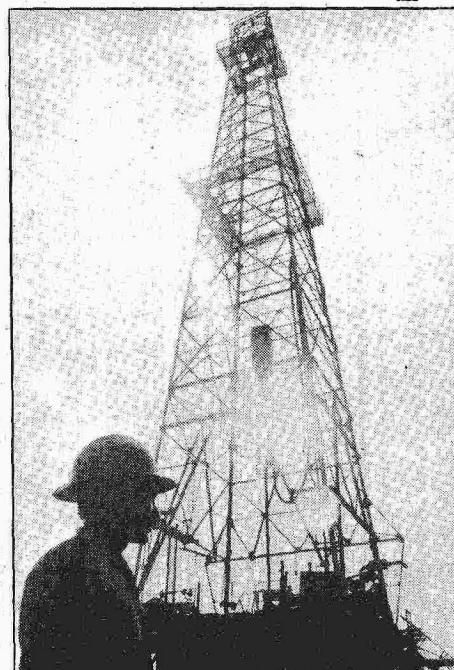
E os "choques do petróleo", como se referiu em seu pronunciamento, foram se sucedendo e o País, cujo desenvolvimento experimentava ameaças de paralisação teve que buscar outras fontes de energia, mesmo que isso custasse altos investimentos.

No final do trabalho, o setor petroílico se apresenta como um dos destaques no governo Figueiredo. Em 79, o País consumia mais de um milhão de barris de petróleo por dia, e só produzia 160 mil, o que representava uma dependência de 80% do petróleo importado. Como meta, Figueiredo incentivou a produção nacional, acelerou as obras hidrelétricas e foi em busca de fontes alternativas para substituir o petróleo, como o álcool e o gás natural.

A produção nacional veio, então, experimentando saltos bastante expressivos. Em 79, exportávamos 15 bilhões de dólares, 6 bilhões dos quais o País gastou com a importação de petróleo; em 81, a exportação global cresceu para 23 bilhões de dólares, ao passo que o combustível importado levou 11 bilhões desse total. Ou seja, nos dois primeiros anos, apesar do investimento, o governo não conseguiu modificar o quadro. No entanto, já em 83, a Petrobrás anuncia que conseguirá reduzir os gastos com a importação de petróleo para US\$ 6 bilhões.

Através de tecnologia avançada, a Petrobrás, Eletrobrás e o Proálcool, desenvolveram projetos que vieram atenuar nossa dependência energética de maneira satisfatória. Pesquisa e extração de petróleo foram multiplicadas, com a instalação de diversas plataformas submarinas. De 79 para cá, a estatal elevou a produção nacional de petróleo de 140 mil barris/dia para mais de 500 mil barris/dia: "O que demonstra que hoje, produzimos mais petróleo do que importamos", anunciou com regozijo, o próprio presidente Figueiredo.

Com isso, a Petrobrás tornou-se a sexta maior empresa de petróleo do mundo e garante o abastecimento de todos os municípios brasileiros através de mais de 20 mil postos espalhados por todo o território. O Brasil, passou a ser o terceiro maior produtor da América Latina, ultrapassando a Argentina, que extraia 400 mil barris/dia, ficando atrás do México e da Venezuela, além de representar uma economia, por dia, de US\$ 15 milhões — US\$ 5,4 bilhões ao ano — significando também que os brasileiros têm garantido,



A produção brasileira de petróleo já se aproxima dos 600 mil barris/dia. Era 160 mil

agora, através da produção nacional, mais da metade do petróleo que necessitam para seu consumo.

Atualmente, é da Bacia de Campos, que o País extraia a maior parte de seu petróleo (54%). As reservas nacionais estão estimadas em 2,4 bilhões de barris, dos quais 1,7 bilhão em petróleo e 700 milhões em gás natural.

Os dados fornecidos pela Petrobrás, relativos a janeiro deste ano, já informam: foram produzidos 16,6 milhões de barris, contra 14,67 milhões no mesmo período de 1984. Isso representa um aumento de 21% na produção de 85. Esses resultados foram conseguidos com a entrada em operação dos poços de Viola e Parati (RJ), além do aumento da produção da plataforma de Campos; a fixação das plataformas de Namorado II e Cherne I; quatro poços no campo de Piraúna e mais quatro em Línguado.

Registrhou-se também a entrada em operação dos poços RJS-150 e RJS-236-B. Esse aumento foi verificado na Bacia de Campos, que no mês de janeiro de 85, produziu 9,45 milhões de barris, com um aumento de 32% em relação ao mesmo período em 84. Na área marítima, a estatal produziu 11,47 milhões de barris, com um aumento de 27% em comparação com os 9,6 milhões de barris em 84. Na área terrestre, o aumento foi de 11%, quando a produção de janeiro deste ano alcançou 5,1 milhões de barris contra 4,6 milhões.

## PROÁLCOOL

O programa Nacional do Álcool, anunciado pelo presidente Ernesto Geisel, em outubro de 1975, surgiu cercado pelo pessimismo de muitos empresários, técnicos, cientistas, economistas e até pelos que seriam diretamente beneficiados pelo projeto: os produtores de equipamentos para destilarias.

Como fonte alternativa para enfrentar a crise energética, o programa foi criado pelo Decreto



Proálcool é o maior programa de energia alternativa

nº 76.593 de 1973, mas foi com o presidente Figueiredo que o Proálcool saiu das gavetas e ganhou impulso, modificando, inclusive, a opinião dos mais céticos. Já em 79, o presidente, por meio do Decreto 83.700, agilizava a implementação do programa, além de fixar suas metas de produção.

Administrado pelo Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), através da Comissão Executiva Nacional do Álcool (Cena), o Proálcool, tinha como objetivo prioritário minorar a dependência do petróleo; aumentar a produção das safras agroenergéticas e a capacidade industrial de processamento de álcool, que o programa transformaria em alternativa para a gasolina.

Na safra 1976/77 a produção nacional ficou em 664 milhões de litros; na safra seguinte, registrou-se um aumento de 20% — com a produção atingindo 1,47 bilhão de litros. Daí para frente, a produção sempre foi crescente: 78/79 — 2,49 bilhões; 79/80 — 3,39 bilhões; 80/81 — 3,70 bilhões; 81/82 — 4,23 bilhões; 82/83 — 5,64 bilhões. Se para o ano 83/84 foram projetadas 7,6 bilhões de produção, para a safra 84/85 estão previstos 3,6 bilhões de acréscimo sobre este total. Empurrando esses números, estão as projeções da indústria automobilística que pretende colocar no mercado, até 1988, 500

mil veículos movidos a álcool, além do atendimento dos setores de alcooquímica e exportação.

Na batalha pela implantação e aceitação do Proálcool, o governo Figueiredo enfrentou uma queda inicial nas vendas da indústria automobilística, em função do ceticismo na qualidade dos veículos, e promoveu uma campanha para obter a credibilidade do produto junto ao consumidor, além de reduzir o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) dos carros a álcool em 2% e a aliquota da Taxa Rodoviária Única (TRU), elevando ainda, o prazo de financiamento de 24 para 36 meses. Figueiredo impôs também que o preço do produto fosse mantido em no máximo 65% do da gasolina. Tudo isso como apoio e estímulos adicionais.

A campanha deu certo. Hoje, o uso do álcool está incorporado ao dia-a-dia da população. Os carros produzidos no Brasil são 90% movidos a álcool. Desde que foi implantado o programa e até 83, o País conseguiu atender o seu consumo interno, criar e manter estoques de segurança, além de exportar 434 milhões de litros. Essa produção tem seu ponto forte no Sudoeste do País, responsável por 59% do volume. Os investimentos passaram a casa dos Cr\$ 524 bilhões, com uma cota de US\$ 40 milhões, vindos do Banco Mundial.

Ao falar das realizações de seu governo no setor energético, o presidente Figueiredo teve ocasião de salientar: "O Proálcool permitiu importar menos petróleo e criou milhares de empregos. O petróleo e o álcool mantiveram as indústrias em funcionamento".

## HIDRELÉTRICAS

O potencial hidrelétrico brasileiro, foi o alvo seguinte do Governo Figueiredo no setor energético. As inaugurações de Itaipu e Tucurui marcaram importante etapa no desenvolvimento energético nacional. Para servir a região Centro-Sul do País, Itaipu tem previstos um total de 12 milhões de quilowatts, sendo a maior hidrelétrica do mundo. Tucurui, por sua vez, com a primeira etapa inaugurada em novembro último, gera quatro milhões de quilowatts para o Norte e Nordeste. Isso possibilita a instalação de um parque industrial na área, aproveitando as riquezas minerais da Serra de Carajás, o que significa progresso para toda a Amazônia oriental, com a criação de mais empregos.

Carajás representa ainda o primeiro programa brasileiro de desenvolvimento integrado, porque engloba atividades metalúrgicas, agropecuárias e florestais que se desenvolvem apoiadas na infraestrutura básica de ferrovia, porto marítimo e a hidrelétrica de Tucurui.

Segundo os dados constantes do Plano de Suprimento aos Requisitos de Energia Elétrica até o ano 2000, elaborado pela Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S/A), são registrados grandes avanços nas instalações de usinas hidrelétricas, favorecendo grandes regiões do País, cujo desenvolvimento era praticamente nulo, diante da falta de energia elétrica.

## FONTES ALTERNATIVAS

Na busca de fontes alternativas de energia, o governo vem aplicando recursos e demonstrando grande interesse na exploração do gás natural, carvão e xisto, entre outras fontes. O carvão mineral é um energético que poderá ter grande utilização. Para tanto, uma transformação básica foi necessária: a descaracterização da atividade carvoeira apenas como setor puramente social e empregador da mão-de-obra, para se tornar uma atividade de cunho econômico.

Dois de uma das maiores áreas florestais do planeta (cerca de 4 milhões de km<sup>2</sup>), o Brasil vê crescer, em função de suas condições climáticas favoráveis a exploração madeireira com fins energéticos. A forma mais simples de energia tirada desse potencial é através da combustão de lenha; outra, é mediante a fabricação do carvão vegetal ou sua gaseificação.

Foi também no início do governo Figueiredo que a política de prospecção e exploração para o gás natural teve sua arrancada. A partir de 1979, a Petrobrás começou a trabalhar sobre um plano quinquenal, incorporando o gás na refinaria Duque de Caxias e implantando o sistema combinado de gás industrial e residencial no Rio de Janeiro.